



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

CONTRATO Nº 064/2025
DISPENSA Nº: 009/2025
PROCESSO Nº 060/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM A MUNICÍPIO DE MIRADOURO, POR INTERMÉDIO DO SR.º CLOVES DA SILVA BOTELHO E CARLOS EUGÊNIO DE OLIVEIRA COSTA.

Ao 2 dia do mês de julho do ano de 2025, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO**, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-Ministério da Fazenda sob o nº 17.947.623/0001-79, com sede à com sede na Praça Santa Rita 192, Centro, Miradouro-MG, neste ato representada Sr. **Cloves da Silva Botelho**, brasileiro, casado, CPF sob nº 291.348.036-53, identidade 048128714 – IFP/RJ Miradouro-MG, e a empresa Carlos Eugênio de Oliveira Costa, inscrita no CNPJ sob o nº 24.483.116/0001-97, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº35, bairro Centro Miradouro-MG, daqui por designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Carlos Eugênio de Oliveira Costa**, portador do CPF nº621.668.166-49, lavra o presente Contrato, referente à Dispensa 009/2025, que objetiva, observados as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se este contrato em documento vinculativo e obrigacional às partes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS), Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 0968, de 19/12/2023. (regulamenta a aplicação da nova lei de licitação no âmbito municipal).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Telecomunicações com aparelhos fornecidos em Comodato e Manutenção Corretiva e Preventiva, conforme especificações constantes neste termo, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Miradouro/MG.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Aviso da Contratação Direta;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA –VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente termo ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBLOCAÇÃO

4.1. Não será admitida a sublocação do objeto principal da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
---------	------	-----------	------	------	------------	-----------



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

0001	2024	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Instalação de Aparelhos de Telecomunicações e PABX.	UN	1	1.500,00	1.500,00
0002	2025	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Mensal em Comodato de Aparelhos de Telecomunicações com Manutenção Corretiva e Preventiva. ITENS A SEREM UTILIZADOS EM COMODATO: 04 peças de ATA de 4 Portas FXO; 02 peças de ATA de 2 Portas FXO; 04 peças de PABX 4/12; 04 peças de PABX 2/8; 50 peças de IP - Phone / Telefone Analógico; 01 Serviço de Licença de Canal para Atendimento Eletrônico (URA); 01 Serviço de Licença de gravação ramal com armazenamento por 30 dias; 01 Serviço de Voz Ilimitado com 20 Canais IP (Nuvem); 05 Serviços de Linhas Móveis.	MÊS	12	5.000,00	60.000,00

A contratada deverá garantir tempo de resposta de até 24 horas após o acionamento do serviço, prazo este compatível com a natureza e a urgência da demanda, assegurando a disponibilização imediata de profissional.

A contratada deverá atender de forma contínua e durante todo o período de vigência do contrato, atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de Telecomunicações e PABX.

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao locador dependerão das mensalidades efetivamente vencidas.

5.4 As parcelas vincendas serão computadas a medida que os meses forem passando.

5.5 A contratada deverá garantir tempo de resposta de até 24 horas após o acionamento do serviço, prazo este compatível com a natureza e a urgência da demanda, assegurando a disponibilização imediata de profissional.

5.6 A contratada deverá atender de forma contínua e durante todo o período de vigência do contrato, atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de Telecomunicações e PABX.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais,

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.21. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da locação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 11.2. Serão aplicadas ao locador que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o locador der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a. moratória de 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- b1. O atraso superior a 07 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao locatário (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º,



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo locatário ao locador, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao locador, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o locatário;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do locador poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o locador, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O locatário deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do locador para com a Administração locatária, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o locador possua com o mesmo órgão ora locatária, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do locador:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa física, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente locação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	VALOR
3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0402.2.0008	1.500.000	24.000,00
3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0402.2.0256	1.500.000	13.596,66
3.3.90.39.00.2.01.00.04.182.0914.2.0209	1.500.000	1.277,03
3.3.90.39.00.2.01.00.08.243.0903.2.0147	1.500.000	18.343,67
3.3.90.39.00.2.02.00.02.061.0024.2.0010	1.500.000	23.800,00
3.3.90.39.00.2.02.00.02.061.0024.2.0011	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.02.00.03.422.0037.2.0012	1.500.000	100
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.751.000	79.050,00
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.500.000	48.479,17
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.501.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.02.00.04.129.0048.2.0021	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.02.00.04.131.0409.2.0022	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.02.00.05.153.0601.2.0023	1.500.000	354,12
3.3.90.39.00.2.02.00.06.181.0601.2.0024	1.500.000	34.423,74
3.3.90.39.00.2.02.00.06.181.0601.2.0026	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.02.00.06.182.0602.2.0027	1.500.000	7.860,00
3.3.90.39.00.2.02.00.22.661.0127.2.0029	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.02.00.24.722.0240.2.0031	1.500.000	100
3.3.90.39.00.2.03.00.04.123.0043.2.0034	1.500.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.03.00.04.123.0412.2.0033	1.750.000	200
3.3.90.39.00.2.03.00.04.123.0412.2.0033	1.500.000	0
3.3.90.39.00.2.03.00.04.129.0413.2.0035	1.500.000	1.495,00



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.550.000	450
3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0043	1.500.000	2.988,93
3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044	1.550.000	0
3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0044	1.500.000	74.536,56
3.3.90.39.00.2.04.00.12.361.0202.2.0046	1.500.000	400
3.3.90.39.00.2.04.00.12.365.0205.2.0052	1.500.000	21.577,06
3.3.90.39.00.2.04.00.12.365.0205.2.0053	1.500.000	9.866,00
3.3.90.39.00.2.04.00.12.367.0207.2.0054	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.06.00.15.452.0111.2.0072	1.500.000	15.439,89
3.3.90.39.00.2.06.00.15.452.0111.2.0072	1.501.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.07.00.20.122.0200.2.0124	1.500.000	16.322,50
3.3.90.39.00.2.07.00.20.606.0204.2.0083	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.08.00.08.122.0909.2.0153	1.500.000	2.000,00
3.3.90.39.00.2.08.00.08.122.0909.2.0153	1.660.000	325
3.3.90.39.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.660.000	43.250,00
3.3.90.39.00.2.08.00.08.244.0090.2.0133	1.500.000	14.319,67
3.3.90.39.00.2.10.00.13.122.0014.2.0113	1.500.000	3.600,00
3.3.90.39.00.2.10.00.13.392.0017.2.0055	1.500.000	39.400,55
3.3.90.39.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.659.002	20.000,00
3.3.90.39.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.500.000	3.579,72
3.3.90.39.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.621.000	485
3.3.90.39.00.2.11.00.10.122.0040.2.0094	1.600.000	43.472,68
3.3.90.39.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.500.000	57.774,07
3.3.90.39.00.2.11.00.10.301.0917.2.0211	1.621.000	41.494,76
3.3.90.39.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.621.000	88,01
3.3.90.39.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.500.000	30.000,00
3.3.90.39.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	2.621.000	21.492,68
3.3.90.39.00.2.11.00.10.302.0130.2.0148	1.600.000	20.000,00
3.3.90.39.00.2.11.00.10.302.0130.2.0298	1.500.000	56.315,35
3.3.90.39.00.2.11.00.10.303.0923.2.0253	1.500.000	46.082,62
3.3.90.39.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	1.621.000	1.000,00



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

3.3.90.39.00.2.11.01.10.122.0955.2.0270	2.621.000	0
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0040.1.0245	1.659.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0040.2.0304	1.600.000	15.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0040.2.0306	1.500.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0040.2.0306	1.621.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0040.2.0306	1.600.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.600.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	2.621.000	100.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.621.000	7.997,17
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0104.2.0097	1.500.000	94.220,01
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0920.1.0216	2.621.000	4.275,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.500.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	1.621.000	1
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0947.2.0262	2.621.000	9.111,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0958.2.0273	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0958.2.0273	1.621.000	14.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	1.621.000	6.500,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	1.600.000	500
3.3.90.39.00.2.11.01.10.301.0964.2.0286	2.621.000	26.200,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.621.000	539,49
3.3.90.39.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.600.000	5.940,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.304.0102.2.0104	1.500.000	0
3.3.90.39.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.11.01.10.305.0960.2.0275	1.621.000	859,99
3.3.90.39.00.2.12.00.20.632.0116.2.0108	1.500.000	100
3.3.90.39.00.2.13.00.08.243.0805.2.0109	1.500.000	3.000,00
3.3.90.39.00.2.13.00.08.243.0805.2.0109	1.660.000	27.000,00
3.3.90.39.00.2.13.00.08.243.0813.2.0110	1.660.000	500
3.3.90.39.00.2.13.00.08.243.0813.2.0110	1.500.000	500
3.3.90.39.00.2.13.00.08.243.0815.2.0111	1.500.000	100
3.3.90.39.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.500.000	14.177,92
3.3.90.39.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.660.000	35.000,00



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

3.3.90.39.00.2.14.00.08.241.0809.2.0119	1.661.000	7.054,16
3.3.90.39.00.2.14.00.08.242.0907.2.0151	1.660.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.242.0907.2.0151	1.500.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0090.2.0307	1.500.000	4.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.661.000	2.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0805.2.0146	1.500.000	1.960,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0935.2.0235	1.500.000	476
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0936.2.0233	1.660.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0962.2.0283	1.661.000	2.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.243.0962.2.0283	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.661.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0090.2.0122	1.500.000	14.313,92
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0090.2.0134	1.660.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.500.000	3.730,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0090.2.0135	1.660.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.500.000	8.775,50
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0904.2.0207	1.660.000	447
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0911.2.0154	1.661.000	500
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0911.2.0154	1.660.000	500
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.500.000	16.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0913.2.0208	1.660.000	6.748,90
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0928.2.0224	1.660.000	10.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0935.1.0232	1.500.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.244.0935.2.0309	1.500.000	5.000,00
3.3.90.39.00.2.14.00.08.245.0814.2.0120	1.660.000	100
3.3.90.39.00.2.15.00.23.695.0020.2.0123	1.500.000	2.000,00
3.3.90.39.00.2.16.00.12.361.0202.2.0142	1.540.000	4.000,00
3.3.90.39.00.2.16.00.12.361.0211.2.0141	1.540.000	13.977,03
3.3.90.39.00.2.16.00.12.365.0205.2.0144	1.540.000	9.000,00
3.3.90.39.00.2.16.00.12.365.0205.2.0252	1.540.000	200
3.3.90.39.00.2.17.00.18.541.0130.2.0128	1.500.000	100
3.3.90.39.00.2.17.00.18.541.0803.2.0129	1.500.000	2.000,00



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

3.3.90.39.00.2.18.00.16.482.0160.2.0131	1.500.000	1.000,00
3.3.90.39.00.2.19.00.27.452.0704.2.0060	1.500.000	13.000,00
3.3.90.39.00.2.19.00.27.812.0701.2.0061	1.500.000	4.888,49
3.3.90.39.00.2.19.00.27.812.0701.2.0249	1.500.000	3.480,00
3.3.90.39.00.2.20.00.13.391.0916.2.0210	1.500.000	6.000,00

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo locatário, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O locador é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao locatário divulgar o presente instrumento, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Miradouro/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Miradouro, 02 de julho 2025.

Cloves da Silva Botelho
Prefeito Municipal de Miradouro

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

*
2-



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79